

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA DOCENTE NOS PROCESSOS DE INCLUSÃO EM SALA DE AULA

Risocleide Aparecida Maria da Silva

Universidade Federal de Pernambuco- Campus Acadêmico do Agreste

Email: risocleideasilva@gmail.com

Resumo

Esse estudo aborda a temática da educação inclusiva, essa que veio com a promessa de democratizar o acesso de todos (as) nas classes regulares de ensino, reconhecendo as mais variadas diferenças. Dentre elas, focaremos nossa discussão no trato dos estudantes com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Mais especificamente na prática docente voltada para os mesmos. O presente trabalho é resultado de uma pesquisa didática, de natureza qualitativa. Que foi realizada em uma escola pública municipal, localizada na cidade de Santa Maria do Cambucá-PE. Buscamos no desenvolvimento dessa pesquisa: compreender a influência da prática docente nos processos de inclusão em sala de aula. A mesma foi realizada numa turma de 4º ano do ensino fundamental, que atendia três crianças com necessidades educacionais especiais, respectivamente apresentando: Transtorno do Espectro Autista, Dislexia e Paralisia Cerebral. Por ser entre os/as três educandos/as, o garoto com a última das necessidades especiais apresentadas, aquele que mais frequentava as aulas, tivemos nossas observações voltadas para ele. Pois, precisaríamos da interação do mesmo com sua professora e com seus/as colegas de turma para responder aos nossos objetivos. Os resultados demonstraram que no campo de investigação a professora influencia de maneira negativa os processos de inclusão, pois sua prática não é voltada para incluir a criança que apresenta necessidade educacional especial. Um dos motivos que contribui para esse fato, é que a mesma demonstra não entender bem as propostas da educação inclusiva, o que propicia em tal sala de aula, a existência de um ambiente com processos de inclusão praticamente inexistentes.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Prática docente, Inclusão escolar.

Introdução

Desde a declaração de Salamanca têm-se discutido que a melhor forma de incluir crianças com necessidades educacionais especiais, é fazendo com que as mesmas frequentem as classes regulares de ensino. A educação inclusiva por sua vez veio para garantir oportunidades iguais a todos e a todas no ambiente escolar, independentemente de sua origem, cor, etnia, classe social e limitações. Desta maneira, temos como cenário uma escola que deve acolher e formar a todos (as), dentre as mais variadas diferenças nosso estudo focará no tratamento das necessidades educacionais especiais nesse ambiente. Pensando no cotidiano escolar pretendemos abordar a posição do docente em relação aos processos de inclusão.

Apresentando como problema da pesquisa: Como a prática docente influencia nos processos de inclusão em sala de aula?

A escolha do tema se justifica pela sua relevância social, visto que as diferenças fazem parte da nossa sociedade. Acadêmica, levando em consideração que existem diversas pesquisas na área e esse estudo pode contribuir com as mesmas. E profissional, ao passo que a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar regular tem sido motivo de preocupação para alguns docentes, por esses não saberem como lidar com tal situação. O objetivo geral desse trabalho foi: Compreender a influência da prática docente nos processos de inclusão em sala de aula. Apresentando como objetivos específicos: 1. Caracterizar a prática do (a) professor (a) em sala de aula voltada para uma criança com necessidade educacional especial; 2. Identificar a maneira que a turma trata esse estudante.

Esse estudo se inicia com uma breve discussão sobre o que é a educação inclusiva, com uma abordagem mais detalhada do significado do termo inclusão. Perpassando também pela discussão da Declaração de Salamanca que foi aprovada na Conferência Mundial de Educação em 1994 e os ganhos que a mesma trouxe para as pessoas com necessidades educacionais especiais. Logo após, é apresentada a prática docente e sua influência na sala de aula e conseqüentemente na vida dos (as) alunos (as). Entre os teóricos que contribuem nessas discussões está: Rosita Edler Carvalho 2013; José Geraldo Silveira Bueno 2001 e Hugo Otto Beyer 2013.

Educação inclusiva e os processos de inclusão

A educação inclusiva traduz uma antiga aspiração, a de ser uma educação de boa qualidade para e com todos/as, buscando maneiras de remover barreiras para a aprendizagem de seus aprendizes, indistintamente. (CARVALHO, 2013, p.65). Ela é entendida por Noronha, Pinto e Teixeira (2014) como um processo que amplia à participação de todos os estudantes nas classes regulares de ensino. “É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos”. (NORONHA; PINTO, 2014 p.3). É uma educação, portanto, que pretende remover barreiras e ampliar efetivamente a participação de todos/as nos processos de aprendizagem, levando em consideração as diferenças existentes e as singularidades de cada um.

O termo *inclusão* reconhece a existência das mais variadas diferenças, originadas de diversas condições: pessoais, sociais, culturais e políticas (BUENO, 2001). No caso da inclusão escolar, Bueno (2001) nos afirma que ela “... tem como pressuposto que a escola

atual não consegue dar conta dessas diferenças...”, propondo assim para a mesma um aperfeiçoamento constante, um verdadeiro processo, com intuito de atender da melhor forma possível cada aluno/a com necessidade educacional especial. O mesmo autor pontua que a perspectiva de *integração* dessas crianças nas classes regulares de ensino já existia no Brasil, mas diferencia-se do sentido de inclusão, pois enquanto essa reconhece que o sistema escolar é incompleto, a integração afirma existir uma escola completa, capaz de atender aqueles considerados “normais” e que o grande problema da inserção das diferenças nas escolas regulares estava nas “peculiaridades” que algumas crianças apresentavam.

Com a Declaração de Salamanca que foi aprovada na Conferência Mundial de Educação em 1994, a inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais em classes regulares, passou a ser considerada segundo Bueno “... a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, na medida em que a maior parte dessa população não apresenta nenhuma característica intrínseca que não permita tal inclusão...” (BUENO 2001, p. 8). Nem sempre essas pessoas tiveram espaço nas instituições escolares, na verdade a história nos mostra que tal ambiente sempre demonstrou um caráter selecionador com seus frequentantes. Segundo Bayer (2013) foi a partir da criação das escolas especiais, que as crianças que apresentavam algum tipo de condição especial de aprendizagem tiveram acesso à educação formal. Apesar de hoje serem consideradas ambientes de segregação¹ serviram como uma maneira de constatar que essas pessoas tinham total capacidade de aprender, mesmo apresentando suas limitações.

Essas escolas especiais apesar de terem contribuído no passado, não são mais consideradas por diversos estudiosos na área, a melhor forma de incluir essas crianças, visto que, “... elas não vivem numa sociedade especial. O lugar em que elas vivem é na sociedade de todos nós, que temos tantas coisas em comum, também particularidades e diferenças”. (BEYER 2013, p.35). Nesse sentido não podemos excluir as pessoas que apresentam necessidades especiais de aprendizagem das relações com seus companheiros considerados “normais”, pois como nos diz Aranha 1995:

Considerando-se que é no cenário das relações sociais interpessoais que se dá a apreensão do real, a construção do conhecimento, o desenvolvimento do homem e a construção da subjetividade e da própria sociedade, a exclusão do deficiente inviabiliza tanto para os indivíduos, deficientes e não deficientes quanto para a sociedade, o trato das diferenças enquanto elementos constitutivos da própria natureza humana. (ARANHA 1995, p. 70)

¹ Segregação: é um processo de separação, entre pessoas ou grupos sociais, ou/e é a separação de um indivíduo das demais pessoas.

Sendo assim, precisamos tratar as diferenças como algo próprio da nossa natureza, sendo de extrema importância essas relações desde cedo na escola, que se torna saudável tanto para a criança que apresente alguma limitação quanto para seus companheiros considerados normais, tendendo esses a se tornarem adultos muito mais tolerantes no trato com as diferenças.

A prática docente e sua influência para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais

A prática docente está repleta de significados, “... os docentes, em seu trabalho de ensinar, objetivam sua concepção de mundo, produzindo e/ou apropriando práticas e saberes que podem ou não reproduzir a realidade social...” (CALDEIRA 1995, p.8). Dessa maneira suas ações em sala de aula, podem está direcionadas para romper ou não com questões que estão impostas na sociedade. Apesar de terem o poder transformador de suas próprias práticas, os docentes são convidados a não produzirem conhecimento e serem meros reprodutores dele. (SACRÍSTAN apud CALDEIRA 1995). Fato que pode fazer com que eles não se apropriem das diversas demandas que existe na sala de aula, pois quando são apenas reprodutores, seguem receitas prontas que vem de fora e o problema é que muitas vezes tais receitas não atendem a demanda da realidade escolar.

Quando surgem questões novas em sua sala, o docente como profissional que produz conhecimento fará de tudo para se apropriar e entender tal realidade, mas quando ele faz parte do grupo que reproduz, questões novas são ignoradas. Com a função de direcionar as atividades a serem realizadas em classe e como muitas vezes ocupa o lugar de adulto da relação, o docente apresenta assim, em seus atos, um alto grau de influência aos estudantes. É nesse sentido que Freire 2007, defendendo o educador como produtor do conhecimento, destaca que essas práticas precisam passar por um processo de reflexão crítica. Pois “... é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem, que se pode melhorar a próxima prática”. (FREIRE 2007, p.22). Dessa maneira, as ações desenvolvidas em sala pelo/ professor/a precisam ser assim refletidas, para que elas possam ser aperfeiçoadas a cada dia.

O docente como mediador de uma sala de aula, tem a responsabilidade de desenvolver uma prática que possa incluir e respeitar as diferenças. Porém sua atitude frente aos processos de inclusão dependerá muito da visão e do conhecimento que o mesmo apresenta acerca do assunto. Além disso, ele não é o único responsável que precisa fazer essa inclusão acontecer e Beyer 2013 nos mostra isso, quando pontua que:

A ideia de uma escola aberta, inclusiva, com capacidade para atender alunos com situações diferenciadas... é altamente desafiante. Tal desafio implica a ação de sujeitos que se encontram conectados... Essa responsabilidade conjugada engloba os próprios alunos, as famílias, os professores, as equipes diretivas e pedagógicas, os funcionários, e finalmente, os gestores do projeto político pedagógico. As experiências bem-sucedidas de uma escola integradora, não discriminante, em outros países, têm demonstrado que não há como desenvolver experiências bem-sucedidas de integração/inclusão escolar, sem que aja a participação efetiva dos grupos acima apontados.” (BAYER, 2013, p. 62 e 63).

Portanto, é preciso refletir que o próprio termo reconhece a inclusão é um processo que se constrói a cada dia, as práticas docentes dirigidas para os alunos com necessidades educacionais especiais, necessitam serem pensadas e aperfeiçoadas, respeitando as mais variadas diferenças. Mas por mais que o(a) professor(a) tenha uma grande parcela de responsabilidade em relação a essas ações, toda a comunidade escolar precisa estar envolvida nesse processo.

Metodologia

Esse estudo é fruto de uma pesquisa didática realizada no ano de 2016 e é de natureza qualitativa. A abordagem qualitativa de pesquisa surgiu no final do século XIX “...quando os cientistas sociais começaram a indagar se o método de investigação das ciências físicas e naturais... deveriam continuar servindo como modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais.” (ANDRÉ, 2005, p.15). Estudiosos como Weber e Dilthey, consideraram então que esse modelo baseado na perspectiva positivista de fazer ciência, não atendia a complexidade dos estudos voltados ao ser humano e a sociedade, surgiu então o modelo qualitativo. A escolha por desenvolver uma pesquisa qualitativa se deu pelo fato, dessa atender ao nosso objeto de estudo que por se tratar das relações humanas presentes na escola, exige um caráter subjetivo na maneira de pesquisar.

O lócus de investigação é uma escola pública municipal, localizada em uma cidade do interior de Pernambuco, chamada Santa Maria do Cambucá-PE. O mesmo foi escolhido, devido a outras experiências acadêmicas realizadas nesse contexto em pesquisas anteriores. Os sujeitos participantes desse trabalho foram: a professora da sala pesquisada, o aluno com necessidade educacional especial, e os(as) demais alunos(as) da classe. Os instrumentos utilizados foram: registros de observações, entrevistas semiestruturadas e conversas informais. A entrevista foi realizada com a professora durante intervalos das aulas, foram gravadas com a permissão da mesma e em seguida transcritas. No decorrer das coletas foi realizada a

preservação da identidade das pessoas envolvidas e da escola, sendo essas nomeadas com nomes fictícios. A professora foi chamada de Sarah, a criança da investigação de Marcos e os demais de alunos com numeração (ex: aluno 1, aluno 2...).

A sala pesquisada foi escolhida devido a uma orientação da coordenação pedagógica, por essa apresentar três crianças com necessidades educacionais especiais, apresentando respectivamente Transtorno do Espectro Autista, Dislexia e Paralisia Cerebral. Apenas o aluno com Paralisia Cerebral foi tratado nesse estudo, devido ao tempo de duração da pesquisa e pelo fato desse ser entre os três, aquele que mais frequentava as aulas. Para responder ao objetivo de caracterizar a prática do (a) professor (a) em sala de aula voltada para a criança com necessidade educacional especial, utilizamos registros de observações, conversas informais e entrevistas semi estruturadas com a docente. Em relação ao segundo objetivo que consiste em identificar a maneira que a turma trata tal criança, realizamos registros de observações em sala e conversas informais com as crianças.

Para a análise dos dados coletados foi utilizada a análise de conteúdo que tem como ponto de partida a mensagem, essa necessariamente expressa um significado e um sentido, que segundo Franco (2005):

O significado de um objeto pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras... Já o sentido implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado, que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas. (FRANCO, 2005, p.15).

Dessa maneira, os significados e os sentidos atribuídos à mensagem da análise de conteúdo, segundo a autora irá depender do ponto de vista de cada pesquisador/a.

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal de ensino localizada no interior de Pernambuco, em uma cidade chamada Santa Maria do Cambucá. Atende do pré 1 ao 9º ano e o EJA(Educação de Jovens e Adultos), sendo a instituição dividida em dois blocos próximos um do outro. No primeiro funciona da Educação Infantil ao 1º ano do ensino fundamental, o mesmo conta com uma sala de atendimentos psicopedagógicos, três salas de aula e uma área de lazer com parques e brinquedos que atendem a faixa etária das crianças. O

segundo compreende o ensino do 2º ano do fundamental 1 ao 9º ano do fundamental 2, contendo 22(vinte e duas) salas de aula, uma quadra poliesportiva, uma sala para os professores, banheiros, uma cantina, biblioteca, sala de informática, diretoria, auditório, secretaria e setor pedagógico. Ao total a escola possui 1.466 alunos e atende a maioria das crianças e jovens da cidade e dos sítios (em séries que esses não oferecem), apresentam em seu conjunto situações econômicas de baixa renda. Seu funcionamento ocorre em três horários e cada um apresenta certa quantidade de classes funcionando: manhã 22(vinte e duas), tarde 21(vinte e uma) e noite 6 (seis). O número total dos profissionais que lá trabalham não foi divulgado. Na sala que foi realizada a pesquisa tem 23 alunos, três deles com necessidades educacionais especiais e o que será focado nas observações é o que possui Paralisia Cerebral, o chamarei de Marcos, o mesmo também é cadeirante. Algo que chama atenção é que no corredor da sua sala existem de um lado, salas com degraus e do outro, salas sem. E justamente onde Marcos estuda possui degraus o que dificulta seu acesso à classe.

Análise dos dados

Durante as observações em campo, ao caracterizar a prática do (a) professor (a) em sala de aula voltada para a criança com necessidade educacional especial, percebemos que: não são pensadas atividades que atendam suas necessidades, suas limitações são expostas em sala, além disso, a professora não entende muito bem a deficiência do garoto, fato que pode dificultar o trabalho com ele e a mesma ainda apresenta uma compreensão pobre do significado da educação inclusiva, sugerindo até mesmo que Marcos deveria estudar numa sala com outras pessoas deficientes e com profissionais capacitados, que de fato saibam como lidar com a situação. Em consequência de tudo isso ou não, identificamos que as crianças da sala pesquisada, não brincam com ele, menosprezam as potencialidades do menino e cultivam sentimentos de pena.

A prática da professora em sala de aula voltada para a criança com necessidade educacional especial

Durante as observações notamos que apesar de Marcos apresentar certas limitações em relação a ações como falar, ler e escrever, não é colocado pela professora atividades que atenda a tais limitações para o garoto. Ele é destinado a fazer as atividades que os outros estudantes fazem, sejam elas de casa, de classe ou avaliativas. É notório que ele permanece excluído na sala enquanto os seus companheiros interagem entre si para a realização das tarefas e que ele parece está incomodado quando é posto nessas situações. É preciso levar em

consideração “... o ritmo, os níveis de abstração e os alcances possíveis da aprendizagem.” (BEYER, 2013, p. 72). Diante a proposta da educação inclusiva se faz necessário o preparo de uma didática que corresponda com as necessidades educacionais do/a aluno/a.

Outra questão que também registramos, foi que algumas falas da professora relacionadas a Marcos, quando eram faladas, a maioria das vezes era em um tom de voz que permitia que todos da turma a escutassem. Logo no primeiro dia de ida ao campo, percebemos que apesar do garoto apresentar dificuldades motoras ele pegava no lápis, olhava para o quadro fixamente e parecia escrever algo em seu caderno, então nos dirigimos a Sarah e perguntamos se ele conseguia escrever. Ela imediatamente dirigiu-se a carteira dele que ficava a frente e em um tom suficiente para quem estava atrás escutar respondeu: “ ele faz nada mulher, ele mal fala direito, só rabisca e tenho que dá visto se não ele chora.” (EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO, 09/2016). Dessa maneira, expondo as limitações de Marcos para sua turma, em um cenário que é fundamental ter “... discriminação no trato com as dificuldades do aluno... as informações a esse respeito devem transitar apenas entre os profissionais implicados... Esses procedimentos visam a preservar a criança de processos de rotulamento ou segregação”. (BAYER, 2013, p. 41). Tudo isso, a fim de que se evite o preconceito por parte das crianças em relação à limitação do outro, seja ela qual for.

Além disso, quando foi perguntado a professora o que o estudante em questão tinha, para uma melhor compreensão do caso, a mesma demonstrou não saber e então respondeu: “Na verdade eu não sei o que ele tem, vá à diretoria que lá tem o laudo dele e eles lá, te explica melhor”. (EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO, 09/2016). Quando ela afirma que não sabe o que o garoto tem, se torna muito difícil trabalhar com essa criança, pois “não há como considerar que uma criança com deficiência mental, com autismo, com paralisia cerebral... possa ter o devido atendimento pedagógico sem uma suficiente distinção de suas características cognitivas e de aprendizagem.” (BAYER, 2013, p. 62). Sem tal distinção, torna-se muito difícil, preparar uma aula que atenda as necessidades dessa criança.

Outro fato que é importante destacar aqui é a resposta da professora quando foi perguntando, o que para a mesma seria necessário fazer para melhorar o trabalho com crianças que tem necessidades educacionais especiais. Sua resposta foi:

É né... ai nesse caso teria que ter uma sala né... com professores capacitados para cada especialidade adequada, porque aqui é... autista, que sai acabando com tudo, por causa dele Marcos só chorava com medo, agora não né, ele tá mais tranquilo... agora vai ser muito difícil conseguir um profissional desse pra aqui, porque pra cada tipo de... porque mesmo se consiga vai ser, jogar

todos na mesma sala e continua a dificuldade que a gente está sentindo, um especial também sentir porque cada um tem sua especialização. (EXTRATO DA ENTREVISTA REALIZADA COM O DOCENTE, 12/2016).

Ao responder dessa maneira a questão, Sarah aponta como possibilidade que as crianças com necessidades educacionais especiais sejam colocadas em ambientes separados, sem levar em consideração que “... elas não vivem numa sociedade especial. O lugar em que elas vivem é na sociedade de todos nós, que temos tantas coisas em comum, também particularidades e diferenças”. (BEYER 2013). Nota-se dessa forma, vários elementos, a docente defende a segregação de Marcos, sugerindo que ele vá para uma sala com pessoas iguais a ele e com um profissional capacitado para atendê-lo, mas talvez ela não tenha afirmado isso por mal e sim, primeiro porque ela ainda não entenda de fato os princípios da educação inclusiva e segundo porque ela não se considera capacitada para lidar com as necessidades de Marcos.

A maneira que a turma trata o estudante em questão

Marcos tem dificuldades motoras e depende de uma cadeira de rodas, notamos que desde o primeiro dia de observação ele passa por um processo dificultoso para ter acesso a sua sala de aula, por a mesma possuir degraus na entrada e as carteiras não serem adaptadas para encaixar uma cadeira de rodas, cotidianamente ele tem que ser retirado dela e levado no colo para sua carteira. Lá ele é deixado e encostado na parede (que serve como apoio) desde o início da aula, até seu término. Dessa maneira o menino não sai, nem participa do intervalo com seus colegas, sendo deixado sozinho na classe. (EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO, 09/2016). A professora afirmou que organizou a turma para cada dia ficar duas ou três estudantes diferentes, mas não há um controle e tal ação acaba não acontecendo. E a questão de Marcos ser deixado só na classe, faz com que os princípios mais básicos da educação inclusiva em ser uma “... abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades...” . (NORONHA; PINTO 2014, p.3), não se façam presente nessa sala de sala, quando o garoto é ignorado e principalmente, quando suas necessidades educacionais especiais são ignoradas.

Como era deixado só no intervalo, antes de todas saírem da sala a aluna 1, se dirigia até Marcos, abria a bolsa dele, pegava o lanche que estava dentro e o entregava. Em nenhum dos dias de observação ele comia, mas ela sempre repetia esse processo, não falava com ele,

mas sabia que ele não poderia pegar e assim fazia. Depois de um tempo, enquanto a maior parte da turma brincava no pátio da escola, outros estudantes voltavam para a sala. Era um grupo de cinco meninas, entre elas estava a aluna 1, menos envergonhada que as demais, perguntamos para ela porque ninguém brincava com Marcos e ela logo respondeu: “A gente não brinca, porque ele não reage pra vida tia, ele não faz nada”. (EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO, 09/2016). Essa era a visão daquela aluna e pelas atitudes, os demais estudantes achavam a mesma coisa.

Nas atividades em grupo, Marcos permanecia do meu lugar, a professora sempre dizia que algum grupo ficasse perto dele, mas a interação era só essa: ficar perto, mas nada. Depois dos trabalhos prontos perguntamos ao grupo porque eles não deixavam Marcos fazer nada, o aluno 2 respondeu: “O coitado é especial.” (EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO, 11/2016). Não entendendo muito bem a explicação dele, pedimos que o mesmo fosse mais claro e ele afirmou: “Ele já é assim né, ai gente vai ficar mandando ele fazer as coisas?”. Com essas falas, notamos que o aluno 2 sente pena de Marcos. Fato que de repete nas atitudes e falas de outros estudantes. Um dia a aluna 3, foi fazer palhaçada na frente de Marcos e outras alunas a reprimiram, dizendo que a aluna 3, estava fazendo o coitado de besta. A palavra coitado, mais uma vez apareceu e acreditamos que essa é uma situação que poderia ser trabalhada em sala de aula pela professora, pois entendemos que Marcos não gostaria que sentissem pena dele.

Conclusão

Retomando a pergunta que deu origem a essa pesquisa: como a prática pedagógica influencia os processos de inclusão numa sala de aula ?. Compreendemos que no lócus de investigação ela influencia de maneira negativa, ao passo que a prática da docente não é voltada para incluir o estudante que possui paralisia cerebral. Os motivos que nos levaram a tal resposta foi o fato do relacionamento da turma com essa criança não apresentar ações que o incluam na classe. Ele é deixado só na sala durante o intervalo, é convidado a não fazer nada nos trabalhos em grupo, pois sua capacidade de fazer algo é questionada e além disso, o tratam como “coitadinho”.

A prática da professora não é fundamentada na educação inclusiva, acarretando processos de inclusão, praticamente inexistentes na sala de aula pesquisada. Os dados mostraram que: não é pensada possibilidades de atividades que atendam as necessidades de Marcos, as falas sobre as limitações do mesmo são expostas sem hesitação, a professora não conhece a deficiência que o garoto tem e por não entender bem o significado da educação inclusiva, propõe a segregação do estudante. Essas ações influenciam as atitudes da turma em

relação ao menino, pois é essa, a única maneira que eles vivenciam naquele ambiente, o trato com as diferenças.

Apesar de sua prática influenciar negativamente os estudantes para os processos de inclusão no espaço em que pesquisamos, não culpabilizamos a professora, nem mesmo a julgamos. Pois, acreditamos que assim como a mesma, vários outros docentes são vítimas de um sistema, que faz do professor apenas reprodutor e não produtor do conhecimento. Quando acostumados a esperar ações de fora, não se sentem capazes deles mesmos procurarem soluções para questões que estão presente em sua sala de aula. Além disso, o docente não é o único responsável por fazer a inclusão acontecer, ter apoio da comunidade escolar é fundamental, gestores, coordenadores pedagógicos, professores, familiares, alunos e todos as pessoas que estão ligadas a escola precisam está conectadas para cumprir os fins da educação inclusiva.

Referências:

ANDRÉ, Marli Eliza D.A de. **Etnografia da Prática Escolar**. São Paulo. Papirus, 2005.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Integração Social do deficiente: Análise conceitual e Metodológica**. Temas em Psicologia, n. 2. Ribeirão Preto. Sociedade Brasileira de Psicologia, 1995. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v3n2/v3n2a08.pdf>, acesso em: 10/10/2016.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais/ 4 .Ed.** – Porto Alegre. Editora Mediação, 2013.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com Necessidades Educacionais especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas?.** Revista Brasileira de Educação Especial, 2001.

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro. **A apropriação e construção do saber docente e a prática cotidiana**. Cad. Pesq. São Paulo, n.95, p.5-12. Novembro, 1995. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/820/829>, acesso em: 18/07/2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 9. Ed. Porto Alegre. Editora Mediação, 2013.

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise de conteúdo**. 3. E.d. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa**. 4. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2007.



NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes. **Educação especial e educação inclusiva: aproximações e convergências.** Artigo SEDUC. Cuiabá- MT, 2014.